

Magnífica Reitora, Professora Dr.^a Judite Medina Nascimento,
Senhora Vice-Reitora, Prof.^a Dr.^a Astrigilda Silveira,
Senhor Vice-Reitor, Prof. Dr. António Lobo de Pina,
Senhor Administrador-Geral, Prof. Dr. Mário Carvalho Lima,
Senhor Professor Dr. Manuel Monteiro da Veiga,
Senhoras e senhores Dirigentes da UNICV,
Senhoras e senhores Professores,
Estimadas e estimados Estudantes,
Distintos Convidados,
Estimadas Amigas e estimados Amigos,

Tenho o prazer de vos manifestar o meu elevado apreço por terem vindo partilhar comigo este momento singular. Agradeço-vos pelas vossas presenças honrosas e amigas.

Apraz-me, particularmente, poder gozar nesta cerimónia da companhia afectuosa e reconfortadora da minha Família. Saúdo os meus Camaradas de Luta e todos os Amigos que vieram associar-se a este acto.

Saúdo e agradeço com muita amizade aos eminentes Reitores e Representantes das Universidades estrangeiras, de Portugal, das Canárias e dos USA, em particular, parceiras da UNICV, que vieram com as suas distintas presenças enobrecer esta cerimónia.

Além disso, apraz-me agradecer penhoradamente ao Professor Dr. Manuel Veiga, pela sua disponibilidade e simpatia em se incumbir, *na qualidade de Padrinho* desta escolha, da fundamentação, junto dos seus pares, das razões da outorga do grau de *Doutor Honoris Causa* que me é conferido. Calculo que, por diversas razões, a desobrigação desta incumbência não deve ter sido muito cómoda. Agradeço-lhe ainda pelas referências elogiosas e amigas feitas à minha pessoa. De igual modo, estendo os meus agradecimentos penhorados ao Professor Dr. António Lobo de Pina pela sua colaboração prestimosa.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Amigas e Amigos,

Sinto-me no dever indeclinável de agradecer à Universidade de Cabo Verde, na pessoa da sua Magnífica Reitora, Professora Dra. Judite Medina Nascimento, por este gesto honroso e gratificante, materializado pela outorga do grau de *Doutor Honoris Causa*, à minha pessoa. É com o sentimento de gratidão que a aceito. Mas, estou ciente de que ao lado de cada tributo público perfila-se um dever, igualmente, de natureza pública. Desde já, manifesto-me comprometido com o respeito das regras e dos princípios fundamentais desta instituição académica e com a promoção das suas virtualidades e realizações. Solidarizo-me com a defesa consequente das suas causas e interesses maiores. Considero-me um seu servidor voluntário.

No meu espírito, esta insigne distinção reveste-se de um valor simbólico que ultrapassa o seu significado académico e de consagração pessoal. Interpreto-o, intimamente, como

se representasse a meta de uma longa e dura maratona, em que o corredor-de-fundo sente-se, ao cruzá-la, reconfortado pelos esforços e sacrifícios que despendeu na preparação e realização da corrida, com o propósito firme de chegar ao fim, a tempo e hora. Reconforta-se com o seu feito e depreende que, afinal, os esforços e os sacrifícios feitos tiveram sentido, significado e reconhecimento. No que me diz respeito, sinto-me gratificado com os desenvolvimentos e resultados do combate político, patriótico e cívico, com que me tenho comprometido, até esta hora, e que é considerado merecedor deste tributo.

Por outro lado, esta Universidade Pública representa o culminar de um longo processo de crescimento, de consolidação e de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Educação, instituído com a Independência Nacional. Traduz os avanços e progressos de que Nós, Cabo-verdianos, fomos capazes de construir paulatina e esforçadamente. Além disso, representa a materialização do ideário visionário e generoso dos precursores da intrépida e corajosa Luta pela Libertação Nacional, cuja realização permitiu-nos sonhar e cujo triunfo possibilitou-nos prosseguir a materialização progressiva da utopia de um Futuro nacional diferente e auspicioso, porém, resultado do trabalho e da responsabilidade de todos Nós e de cada um de Nós.

Vejo na fundação da UNICV a consequência do nosso espírito patriótico e da nossa ousadia e confiança colectiva em assumir, no momento certo, o destino da nossa Nação. Esta opção audaciosa, que está plena de ambições e virtualidades, tem prosseguido e prosseguirá decerto como um desafio permanente, árduo e exigente, contudo, excitante, esperançoso e catalisador de vontades renovadas. Por outro lado, o futuro da nossa Universidade pública, para que ganhe em sustentabilidade, previsibilidade e qualidade, reclama dos poderes públicos a confiança, o comprometimento e os investimentos necessários para a sua consolidação e desenvolvimento, enquanto serviço público potenciador de capacidades e inteligências nacionais.

Na verdade, a formação e a capacitação dos recursos humanos são investimentos prioritários e imprescindíveis para o sucesso do processo de desenvolvimento e de modernização social e económica do país. Não devem ser entendidos, numa visão economicista, como investimentos desprovidos de retorno económico imediato, porquanto, são precisamente o sustentáculo mais sólido e eficiente do processo de desenvolvimento duradouro e constitui o potenciador insubstituível de capacidades e competências nacionais. São recursos imateriais, porventura, pouco tangíveis para o senso comum, contudo, determinantes para o triunfo do nosso país e da nossa sociedade na evolução do complexo processo de desenvolvimento e de progresso, em todas as esferas da vida nacional, com que o país vem sonhando e buscando.

Neste nosso mundo, que é bastante diversificado, existiram e existem propósitos e situações similares aos nossos. Com efeito, todos os países ou sociedades, que se encontram hoje na vanguarda mundial em matéria da inovação e do progresso tecnológico, fizeram a aposta inequívoca numa Educação de Qualidade e investiram estrategicamente na capacitação de Professores e Investigadores nacionais e na promoção de Escolas Públicas eficientes, capazes de responder pelas exigências de programas ambiciosos de Formação e Investigação, de projectos económicos, sociais e culturais progressistas e de longo alcance e pela materialização de aspirações

legítimas ao progresso e à modernidade. Dessas experiências e realizações internacionais de sucesso, o nosso país, as nossas elites e as nossas lideranças devem tirar as lições que se impõem. Estou convencido que de não existe outra via a seguir por todos aqueles que, como nós, estejam profundamente empenhados na batalha vitoriosa pelo desenvolvimento, pelo progresso cultural, científico e tecnológico e pela edificação de um país próspero, moderno, corajoso e justo.

Em síntese, a Educação de Qualidade continua a ser a maior entre as grandes prioridades e desafios do presente e do futuro, que temos que vencer; e constitui a alavanca mais eficiente para a construção bem-sucedida do progresso e da prosperidade a que a nossa Nação ambiciona. Por outras palavras, num mundo altamente concorrencial e em constante mutação tecnológica, as exigências profissionais são elevadas e temos que estar à altura daqueles com os quais estamos competindo e colaborando ou iremos competir e colaborar, quer em qualidade da formação, quer em aptidão profissional.

A UNICV é a nossa maior “*Casa-do-Saber*”. Esta condição singular aumenta as suas responsabilidades académicas, culturais e sociais. Dela, esperam-se contribuições condizentes com a formação de uma elite capacitada, empenhada e identificada com a realidade nacional, com os desafios e as aspirações nacionais.

Atendendo aos contextos de partida desfavoráveis, reproduzidos até agora, de atraso enorme em matéria de conhecimentos e de investigação em relação aos centros universitários dos países industriais mais avançados, espera-se da gestão da UNICV uma liderança dinâmica, aglutinadora e geradora de um ambiente interno de comprometimento, de cooperação e de motivação em prol da elevação permanente das capacidades profissionais individuais e colectivas dos seus membros, com o propósito assumido de contribuir para a superação dos atrasos acumulados.

Nesta caminhada trabalhosa em busca de um futuro melhor, temo-nos batido, no meio de dificuldades, de logros e de constrangimentos sem conta, por um país melhor e por uma sociedade mais capaz e mais comprometida. Mas, seria muito melhor se a satisfação desse nosso anseio legítimo coincidissem com a emergência de uma sociedade mundial também melhor, mais harmoniosa, mais pacífica, solidária e equitativa. É nesta perspectiva que antevejo a cooperação entre universidades e outros centros do saber, o intercâmbio e a partilha generosa e empenhada de conhecimentos e do *saber-fazer*, o mais amplo quanto possível, enquanto uma alavanca preciosa para acelerar o desenvolvimento, superar os *deficits* científicos e tecnológicos e concorrer, por esta via, para a redução gradual das desigualdades mundiais e a promoção de uma maior equidade entre as Nações e os Estados. Desta forma, estariam facilitadas as condições para a construção da *utopia universalista* de uma sociedade mundial menos desigual e mais equilibrada, generosa e solidária.

O sucesso da nossa *marcha por este país muito melhor e por esta sociedade capaz* coloca-nos desafios e responsabilidades acrescidas. Temos de potenciar tudo aquilo que temos de melhor em termos materiais e em capacidades humanas: as riquezas materiais conhecidas e as riquezas por descobrir e por explorar; os recursos humanos activos ou mobilizáveis, mais os recursos humanos prováveis ou por produzir. Esta

marcha longa é uma obra inacabada, a se enriquecer em cada dia e por cada geração. Exige-nos a ousadia e a generosidade de *trocar* a condição cómoda, sem responsabilidade especial, de consumidor e importador de modelos, de ideias e de bens e serviços, pela condição desconfortável, angustiante e coactiva de produtor de bens materiais, de tecnologias e ideias próprias, em que estaríamos a corresponder ao chamamento desafiador de Amílcar Cabral propondo-nos “*pensar pelas nossas cabeças e de andar pelos nossos pés*”.

Ademais, a garantia de sucesso dos esforços requeridos para o crescimento sustentável e a criação de riquezas internas, em benefício da sociedade, incluindo o empresariado nacional, requerem a mobilização das potencialidades locais e o envolvimento de toda Nação, com o propósito de preservar e reforçar a solidariedade nacional e as subsidiariedades necessárias. Porquanto, só uma Nação coesa e inclusiva, escorada num sentimento patriótico forte e apoiada por um Estado Desenvolvimentista, estará em condições de compensar as desvantagens da nossa pequenez territorial e humana, de gerar as sinergias colectivas necessárias e de aguardar pelo tempo de maturação dos resultados dos investimentos e objectivos de longo prazo.

Fica-me a percepção de que a preparação da nossa Nação para o prosseguimento do combate por um futuro auspicioso e seguro passa pelo diálogo e solidariedade entre gerações, a fim de despertar no espírito das novas gerações o amor patriótico pela descoberta e valorização do percurso penoso, mas espiritualmente enriquecedor, que Cabo Verde e os cabo-verdianos tiveram que trilhar até chegar ao que somos nos dias de hoje. Outrossim, considero estimulador o conhecimento da nossa *saga nacional*, que é deveras extraordinária e plena de vicissitudes e de tragédias e, também, de negação ao fatalismo e à opressão, assim como, de vitórias sobre os desafios da sobrevivência, da libertação social e nacional e do progresso.

Ao resumir estas reflexões circunstanciais, e por ocasião da celebração do seu X Aniversário, reitero a minha convicção de que a Universidade de Cabo Verde está vocacionada a corporizar a instituição predestinada a se constituir numa excelente universidade nacional e, porventura, internacional, à altura dos desafios, das ambições e das esperanças de Cabo Verde.

Magnífica Reitora,
Senhoras e Senhores Professores,
Distintos Convidados,
Estimadas e estimados Amigos,

Já ultrapassei a casa dos 80 anos. Não sei se terei atingido a “*clara idade*”¹ da sabedoria. Contudo, este tempo representa um longo, laborioso e fecundo percurso que me ofereceu a oportunidade de testemunhar acontecimentos que mudaram a face do mundo em todos os domínios de vida humana. Mas, para além de testemunhar, intervim no sentido de concorrer para a alteração daquilo que considerava desumano e retrógrado imposto à África: o colonialismo. Solidarizei-me com as boas causas da justiça e da libertação nacional e humana. Procurei dar coerência e significado à minha

¹ Palavra emprestada a Osvaldo Osório do seu poema com o mesmo nome.

vida, princípios aos quais me mantenho fiel: fazê-la proveitosa para a comunidade nacional a que pertenço. E porque não, para a África e a Humanidade?

O ano de 1961 foi, no meu calendário pessoal, o ano decisivo e repleto de esperança. Entrei para a política activa naquele ano, logo, há mais de cinquenta e cinco anos. O meu engajamento político activo coincidiu com o apogeu das lutas pela emancipação das antigas colónias africanas.

Na vida, somos frequentes vezes chamados a escolher entre a angústia da espera do tempo que tarda a chegar e a audácia de enfrentar os riscos para fazer acontecer aquilo em que cremos; entre o comodismo da apatia e o desassossego da acção. Optei pela acção, assumindo os riscos do desconhecido, e mudei as minhas visões morais e políticas por inoperantes para aquele momento histórico.

Com o tempo, aprendi lições amargas e outras realmente úteis e pedagógicas. Comecei a duvidar da sinceridade dos discursos altruístas das antigas potências coloniais e de outros actores mundiais, seus aliados. Sei que esta verdade sincera incomoda, até hoje. Mas, foi assim! Compreendi que na vida não há dádivas. Há, sobretudo, a defesa ou a preservação de interesses, em que os mais fracos têm vindo a perder sempre.

Aprendi ainda que os justos podem ser assassinados e que as virtudes das suas causas não propiciam, por si só, o sucesso; nem a justeza destas causas lhes garante a salvaguarda das suas vidas. Pois, o mundo, apesar de declarações de circunstâncias, sublimes e eloquentes, está ainda mais perto de uma autêntica selva do que de outra coisa. E, infelizmente, como se referiu o filósofo inglês Thomas Hobbes: *“o homem é o lobo do próprio homem”*.²

Hoje, mau grado o optimismo que me tem acompanhado sempre, tenho temores e frustrações quanto ao futuro próximo. Receio que um pequeno descuido na gestão da profunda crise que vem abalando o Médio-Oriente abra o caminho a um conflito de maior dimensão de consequências incalculáveis. O Papa Francisco alertou para essa ameaça inquietante. É preciso que as coisas sejam clarificadas e as responsabilidades sejam assumidas com sinceridade.

Por outro lado, acompanho com angústia a multiplicação da crueldade gratuita e desnecessária, o destilar do ódio e a cegueira da rejeição do Outro, numa autêntica perda de sentido da riqueza que representam a irmandade e a pluralidade da Humanidade. A par disso, somos interpelados cada dia pela tragédia reproduzida pelos sofrimentos e humilhações por que passam os emigrantes ilegais, cujas razões de migrar são ignoradas, e pelos refugiados de guerras impiedosas. Estaremos diante de uma impossibilidade real ou da erosão preocupante dos valores do humanismo?

² *“HOMO HOMINI LUPUS”* é uma máxima latina criada por Tito Mácio Plauto (cerca de 230 A.C. - 180 A.C.) na sua obra *ASINARIA*, da qual Hobbes teria inspirado.

Vejo com preocupação e angústia a evolução da complexa situação política e militar no Médio-Oriente, com extensões perigosas na Líbia e na imensa vastidão do espaço “saharo-saheliano” e, inclusive, na Europa, que reclama por uma solução que dê confiança suficiente aos vários interesses e aos diversos actores em luta, quer aos oprimidos, quer aos opressores. Embora não seja fácil, são essenciais a aproximação e o diálogo entre todas as partes implicadas. Pois, a meu ver, a solução militar e a coacção entre e sobre as várias comunidades residentes ou originárias jamais constituirão uma solução duradoura. Ademais, trata-se de conflitos antigos mal percebidos e mal geridos que têm origem nas soluções impostas na decorrência da derrota e desarticulação do antigo império otomano. Pelas suas ressurgências cíclicas, pedem uma abordagem política e cultural diferente.

De resto, para o progresso e o bem-estar das nossas Nações, a Liberdade, a Paz, a Segurança e a Estabilidade são bens tão essenciais quanto o ar que respiramos e a água que bebemos. É imperioso preservá-las!

Ainda, no decurso daquele tempo, pude observar alguns factos inéditos e, antes, improváveis: afinal, as potências mundiais mais poderosas podem ser derrotadas política e militarmente; e os impérios poderosos e de aparência sólida e duradoura podem desmoronar-se. Na razão das ocorrências desses *casos improváveis* está a poderosa força mobilizadora das vontades dos Povos e das aspirações legítimas de homens e mulheres em busca da realização da sua condição humana e da sua liberdade e emancipação.

Sinto-me ainda angustiado e frustrado quando vejo a ligeireza e o desprendimento com que os grandes poluidores e as grandes empresas transnacionais examinam questões tão fundamentais e críticas como o futuro da vida humana e do Planeta. Fingem-se de desentendidos e erguem os lucros fabulosos e a acumulação do poder económico e da riqueza pessoal enquanto o objectivo de vida e a prioridade entre as prioridades. Declinam as consequências dos seus actos intencionais. Entendo que impõe-se instituir obrigações internacionais vinculativas que responsabilizem, moral e materialmente, os agressores irresponsáveis da Natureza que põem em perigo o nosso destino comum. Assim, torna-se imperioso que cada um de nós, habitante do nosso planeta, assuma um compromisso ético com o futuro deste e da Humanidade. Porquanto, esta nossa *casa comum* é mais frágil do que aparenta e, por isso, merece a nossa maior solicitude.

De Cabo-Verde, tenho acompanhado com solicitude o labor quotidiano intenso do nosso povo. E, não restam dúvidas: temos podido e conseguido resultados apreciáveis e promissores. No nosso percurso, passamos de uma sociedade colonial, esclerosada e empobrecida a uma sociedade livre, dinâmica e medianamente desenvolvida. Mas, não obstante os avanços reconhecidos, a pobreza mantém-se e subsistem o desemprego e as desigualdades sociais. Embora, não se deva subavaliar os desafios ultrapassados e os importantes ganhos conseguidos, é imperioso que se mantenha a “*tensão desenvolvimentista*”, na visão militante de uma “*gestão de impossibilidades*”.³

³ Dr. José Maria Pereira Neves, em “*Cabo Verde- Gestão de Impossibilidades*”.

Por outro lado, deve-se atender que a nossa elite económica é ainda bastante débil. E, como precaução, os poderes públicos devem prevenir os riscos de marginalização dos actores económicos nacionais no processo económico e produtivo, em curso, por falta de recursos ou de capacidade operacional. A par disso, há uma parcela contributiva interna a ser assumida e concretizada. Aliás, não se consegue o desenvolvimento sustentável recorrendo exclusivamente à APD e ao IDE. E, como é evidente, o nosso país deve tirar proveito das potencialidades da integração e cooperação inter-regional africana e de recursos procedentes da economia global.

A nossa sociedade vive em tempo de transição, com tudo o que esta condição representa em matéria de instabilidade relacional e de perda ou mudança de referências e de valores. As mudanças socioculturais ocorridas com a aceleração da urbanização, da expansão da instrução pública e da intensificação das relações políticas, económicas e culturais com o mundo exterior provocaram alterações comportamentais várias e, algumas, perversas. A criminalidade corrente e a marginalidade agravaram-se. O crime organizado tem continuado a ser uma ameaça à segurança nacional e aos fundamentos do Estado de Direito. Estas particularidades trouxeram para a agenda nacional as urgências ligadas ao exercício eficiente da autoridade do Estado, à segurança pública e à neutralização das propensões sociais nocivas identificadas.

Por sua vez, a tendência perceptível para o desaproveitamento do capital humano capacitado e a inversão dos valores do mérito penalizam a eficiência nacional e levam à perda de tempo e ao desperdício de recursos, além do mais, com o risco grave de se enredar no contra-senso do “*eterno recomeço*” e na dispersão e duplicação de esforços, em cada mudança de maioria. Numa democracia amadurecida e inclusiva, este modo de actuação pode e deve ser prevenido, sob pena de perdas acrescidas em tempo, em investimentos feitos, em recursos e em desperdícios do capital humano.

Outrossim, o nosso país é um Estado insular pequeno e territorialmente fragmentado. Trata-se de uma condicionante estrutural que se complicaria se, em vez de aproveitar e potenciar as sinergias geradas pelas suas dimensões demográficas e territoriais, o fragmentássemos ainda mais.

Com efeito, a gestão da pequenez territorial e demográfica do país reclama ponderação. E, um dos aspectos mais urgentes é de natureza institucional. A meu ver, a tendência que se antevê contém a probabilidade de instalação de um Estado “excessivo”, que traria encargos in comportáveis. Este risco merece ser analisado atentamente a fim de ser prevenido a tempo. Em segundo lugar, as expectativas da sociedade cabo-verdiana estão muito além dos recursos prováveis que gera a sua economia. Logo, seria saudável reduzi-las às possibilidades reais e disponíveis. A terceira condição refere-se à qualidade da produtividade e ao custo elevado dos factores de produção. E, a pergunta que se segue é: como compensar tais desvantagens a fim de aumentar a atractividade da economia nacional? E, não poderá ser apenas com os baixos salários! Por fim, uma outra via de melhorar a eficácia económica consiste na escolha correcta de prioridades das políticas públicas, baseadas por sua vez em estratégias planificadas e eficientes, a fim de se precaverem as duplicações e os prejuízos causados por flutuações ou alterações extemporâneas de caminhos.

Magnífica Reitora,
Senhoras e senhores Professores,
Estimadas Amigas e caros Amigos,

No meu calendário pessoal, até chegar aos dias de hoje, confrontei-me com desafios, riscos, incriminações, dúvidas, decepções, derrotas e frustrações. Porém, nunca me deixei desmoralizar pela ansiedade, pelo medo ou pela insegurança pessoal. Mantive-me humilde, paciente e firme. Não me deixei submergir em aflições, em derrotismos ou em angústias asfixiantes. Guardei a serenidade, a confiança e a esperança no triunfo. Beneficiei, igualmente, de amizades, de cumplicidades, de companheirismos e de solidariedades muito sólidas. Jamais, declinei as minhas responsabilidades! Mas, o essencial é que consegui realizar os *objectivos de vida* pelos quais tenho lutado. É desta forma que chego ao dia de hoje e posso desfrutar da satisfação de merecer este tributo da UNICV. E, uma homenagem no outono da vida e em casa tem outro significado e, por ela, estarei sempre grato!

Em Setembro de 2000, por ocasião do anúncio da minha candidatura à Presidência da República, terminei desta forma a declaração que fiz na altura: *“Perfilho a ideia de que, na vida, temos necessidade de escolher e estabelecer objectivos que nos motivam e que procuramos realizar, constituindo estes objectivos uma autêntica ‘razão de vida’. Creio que sem esta ‘razão de vida’, a nossa presença neste mundo perderia todo o sentido. Firme desta convicção, tenho procurado ter e assumir uma ‘razão de vida’, seguindo a máxima de Victor Hugo de que ‘a utopia é a verdade de amanhã’. É minha convicção de que espiritualmente morre aquele que deixar de sonhar. Há-que continuar semear o Futuro!”*

Em modo de conclusão, independentemente das colheitas, vou continuar esta minha vocação utópica de “semeador”.

Finalmente, saúdo calorosamente o X Aniversário da UNICV e auguro à nossa Universidade Pública novos e maiores sucessos académicos e sociais no prosseguimento do caminho árduo e auspicioso que iniciou a 21 de Novembro de 2006.

Bem-haja a UNICV!

Praia, 19 de Novembro de 2016